

Análise do Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da AMESC

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar o desenvolvimento sustentável dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) tomando por base os Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), para o biênio 2016-2018. O estudo valeu-se dos seguintes objetivos específicos: i) identificar os municípios integrantes da AMESC; ii) verificar o índice de desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem a AMESC; e, iii) identificar similaridades e discrepâncias do desenvolvimento sustentável de cada município. A metodologia de pesquisa pautou-se nos métodos qualitativos e quantitativos. Para alcançar os objetivos o delineamento e estratégias do estudo foram descritivo e documental. Os dados foram coletados no sítio da Federação dos Municípios de Santa Catarina (FECAM), por meio do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDMS). As análises revelam que os quinze municípios integrantes da AMESC se encontravam no nível 'médio baixo' de sustentabilidade apresentando uma regressão de 2,97% no período. Analisando-se os IDMS de cada município verificou-se que todos mantiveram a classificação no nível 'médio baixo' ou 'médio'. De acordo com a média do IDMS nas dimensões sociocultural, econômica, ambiental e político institucional, bem como em suas subdimensões e variáveis, pode-se constatar que as mais vulneráveis foram a econômica e a ambiental as quais demonstram a necessidade de esforços por parte dos gestores públicos em criar uma base para geração de riqueza e equidade social, bem como ampliar a cobertura de saneamento básico, a gestão ambiental e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Indicadores; AMESC.

Linha Temática: Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

1 Introdução

Por meio do conhecimento e das diversas demonstrações e técnicas pertinentes a profissão do contador faz-se necessário acompanhar às mudanças e atuar de forma coerente, afeito à prática da investigação contábil e a produção de novos conhecimentos, oferecendo soluções para as demandas sociais. Neste contexto, um tema recorrente proveniente da modernidade e de extrema valia na atualidade é a sustentabilidade. Essa temática debatida e discutida nas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e nos inúmeros eventos mundiais, tem sido abordado como uma composição das dimensões econômica, social e ambiental, que consiste em avaliar como são tratados, transformados e distribuídos os recursos naturais (SILVA; MARTINS, 2006). Os debates sobre o assunto são recorrentes na esfera social dado a conscientização da sociedade sobre as questões e problemas socioambientais, bem como com a preocupação do uso indiscriminado dos recursos naturais, geração de resíduos, melhoria da qualidade de vida e sobrevivência das gerações futuras (BRITTO, 2016).

Neste contexto, o contador que transita nos diversos espaços empresariais e sociais torna-se, por sua vez, essencial neste processo, subsidiando soluções para problemas socioambientais tanto na área privada quanto na pública. A Contabilidade Ambiental, na medida em que se tornou uma ciência essencial para o gerenciamento e manutenção das empresas contemporâneas, oferece ao contador novas oportunidades de exercer a profissão mobilizando suas competências. Com o intuito de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações que relacionadas com o meio ambiente e a situação patrimonial da empresa permitindo o uso mais eficiente de recursos naturais, além de fornecer informações para a tomada de decisão, contribuindo com a melhoria das políticas públicas (RIBEIRO, 2005; TINOCO e KRAEMER, 2008). Carneiro, De Luca e Oliveira (2008) ressaltam a importância de as empresas e governos divulgarem para a sociedade seus esforços relativos ao uso responsável dos recursos ambientais, bem como dar transparência as políticas que adotam ao impactar o meio ambiente e os objetivos que pretendem alcançar. Agindo desta forma demonstram respeito ao meio ambiente e a comunidade na qual estão inserida e prezam pela relação com seus *stakeholders*. Assim, a Contabilidade se torna estratégica na medida em que se torna um elo de comunicação entre as empresas, governo e sociedade.

Neste cenário encontra-se o desenvolvimento de uma região ou território cuja mensuração é algo complexo por envolver diversas variáveis para análise. Com base nesta perspectiva a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), em 2008, deu início a um projeto de implementação de um sistema de indicadores voltado para subsidiar a gestão das associações municipais e seus municípios em relação ao nível de desenvolvimento sustentável, denominado de Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS).

O presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento sustentável dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). Como objetivos específicos têm-se: i) identificar os municípios integrantes da AMESC; ii) verificar o índice de desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem a AMESC; e, iii) identificar similaridades e discrepâncias do desenvolvimento sustentável de cada município.

A pesquisa se justifica pela relevância dos indicadores de sustentabilidade para a gestão pública e para a sociedade visto que a análise dos dados contribui na melhoria de processos e resultados, na identificação de falhas e/ou deficiências no desempenho municipal.

Este artigo está organizado do seguinte modo: nesta primeira seção consta uma breve introdução e o delineamento dos objetivos e justificativa da pesquisa, no tópico seguinte a revisão de literatura com conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e

indicadores de sustentabilidade. Na terceira seção expõe-se a metodologia da pesquisa e na quarta a análise dos dados. Por fim, na quinta e última seção aborda-se as considerações finais do estudo.

2 Fundamentação Teórica

Muito embora a terminologia desenvolvimento sustentável tenha entrado nas agendas mundiais, ainda não há um consenso sobre o seu conceito. Desde 1972, com a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente humano organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo na Suécia, ficou evidente que as ações humanas afetam a natureza e o meio ambiente e que havia a necessidade de um esforço internacional entre governos, empresas e sociedade para protegê-los visando a continuidade do planeta. Neste evento foi cunhada a terminologia Desenvolvimento Sustentável, ideia na qual o desenvolvimento passou a ser encarado para além da dimensão econômica e, emergiu confrontos entre as perspectivas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, uns propondo o crescimento zero e outros reivindicando o direito ao crescimento (GUIMARÃES, 2020).

Foi mediante este paradoxo que Sachs (2009) sugere uma terceira via como alternativa apresentando cinco perspectivas da sustentabilidade: 1) sustentabilidade social; 2) sustentabilidade econômica; 3) sustentabilidade ecológica; 4) sustentabilidade espacial; e 5) sustentabilidade cultural. Para tanto faz-se necessário que o poder público realize investimentos nas áreas ambientais e sociais, mensure e acompanhe o desempenho das atividades públicas mediante informações que subsidiem a identificação de falhas.

Um dos primeiros indicadores de desenvolvimento data do fim da década de 1950, o Produto Interno Bruto (PIB) que retrata o desempenho econômico de um país, estado e/ou município. Em seguida, houve a ampliação com a criação do indicador PIB *per capita* que agrega alguns itens sociais como taxa de mortalidade infantil e analfabetismo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado para tentar minimizar as restrições do PIB, visto que integra o desenvolvimento econômico e o humano mensurando: expectativa de vida, taxa de alfabetização, escolaridade e a renda (GUIMARÃES, 2020). Cada indicador possui seus objetivos e quanto mais indicadores forem analisados, maior é a realidade emitida pelos resultados. Logo, como afirmam Silva, Souza e Alves (2013) um indicador analisado isoladamente é incapaz de traduzir com eficácia a realidade do desenvolvimento.

No âmbito municipal catarinense, a FECAM desenvolveu indicadores de sustentabilidade com intuito de contribuir com os agentes públicos municipais, e demais interessados, no fornecimento de informações técnicas para que possam melhor planejar, avaliar, definir prioridades e tomar decisões visando conquistar patamares elevados de sustentabilidade e por consequência o bem-estar da sociedade local (FECAM, 2021). Os IDMS aplicam os conceitos de Sachs (2009) à esfera local, considerando a promoção equilibrada do meio ambiente, respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, infraestrutura adequada, economia equilibrada, gestão municipal transparente e protagonismo social (FECAM, 2021). Deste modo, ao avaliar a sustentabilidade dos municípios catarinenses a FECAM conecta a agenda global a local contribuindo para sua efetividade. O IDMS considera a necessidade de construção de condições adequadas de sustentabilidade no processo de desenvolvimento municipal e regional a partir da melhoria da realidade das dimensões: sociocultural, econômica, meio ambiente e político institucional, as quais se subdividem em subdimensões e variáveis.

Os indicadores de sustentabilidade se diferem dos demais indicadores de desenvolvimento por refletirem a interconexão das dimensões econômica, social e ambiental, conforme apresenta a Figura 1.

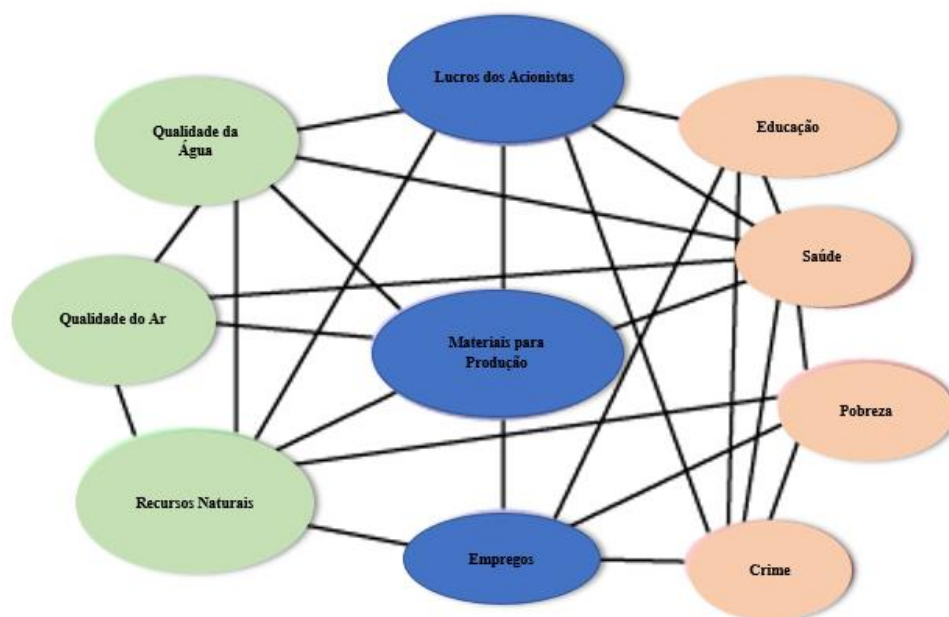


Figura 1. Interações entre meio ambiente, economia e sociedade.
Fonte: Sustainable Measures (2020).

A Figura 1 apresenta como base a matéria prima para o processo produtivo o qual torna-se necessário para a manutenção de empregos e retorno dos investimentos aos acionistas. A ausência de empregos, por sua vez, afeta a taxa de pobreza que traz consequências para a criminalidade, saúde e educação. A qualidade do ar e da água utilizados no processo produtivo e no consumo também afetam a saúde do trabalhador e o lucro dos acionistas mediante maiores despesas. Portanto, a necessidade de visão estratégica e integrada na elaboração dos indicadores.

Neste contexto, a Contabilidade apresenta relevante função social ao demonstrar informações relativas aos impactos socioambientais e os esforços empresariais para evitar sua ocorrência. O Contador, por sua vez, deve dominar a Contabilidade Ambiental contribuindo nas soluções de problemas dessa natureza. Os gestores ao se depararem com problemas ambientais se preocupam com a imagem das entidades e investem na minimização ou erradicação dos impactos negativos provocados por suas atividades (YAMAGUCHI, 2011). Logo, as informações oriundas da Contabilidade foram demandadas para identificar e mensurar os fatos relacionados com o meio ambiente evidenciando a situação patrimonial da empresa e fornecendo informações para a tomada de decisão, além de contribuir para as políticas públicas.

3 Metodologia

O estudo analisa o desenvolvimento sustentável dos municípios que integram a AMESC com por base os IDMS para o biênio 2016-2018, considerando o desempenho de cada município.

Em relação ao problema de pesquisa, o estudo está pautado nos métodos qualitativos e quantitativos. Para Richardson (1989) os estudos que utilizam a pesquisa qualitativa objetivam descrever e analisar o problema visando compreender e classificar os fenômenos vividos pelos grupos sociais.

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa se vale do tipo descritivo, pois segundo

Triviños (1987) visa descrever os fatos com base em coleta de informações que envolve o objeto de estudos.

Em relação as estratégias, o estudo classifica-se como documental visto ser uma técnica que busca selecionar, tratar e interpretar informações de documentos para, posteriormente, extrair conclusões sobre o estudo (SILVA; GRIGOLO, 2002).

Os dados foram coletados no sítio FECAM, por meio do SIDMS, considerando as quatro dimensões que compõe o IDMS: dimensão sociocultural, econômica, ambiental e político institucional. A classificação do IDMS considera cinco níveis de desenvolvimento sustentável, sendo que cada nível é representado por um percentual e por uma cor conforme apresenta a Figura 1.

Valor do IDMS	Classificação
Maior ou igual a 0,875	ALTO
Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875	MÉDIO ALTO
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	MÉDIO
Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625	MÉDIO BAIXO
Menor do 0,500	BAIXO

Figura 2. Classificação do IDMS
Fonte: FECAM (2021).

Conforme delineado na Figura 2, o nível máximo de sustentabilidade de um município compreende o IDMS maior ou igual a 87,50% representado pela cor verde escura; o nível médio alto tem IDMS maior ou igual a 75,00% e menor que 87,50% com cor verde claro; o nível médio possui IDMS maior ou igual a 62,50% e menor do que 75,00% correspondente a cor amarela; o nível médio baixo tem IDMS maior ou igual a 50% e menor do que 62,5% ilustrado pela cor laranja; e, por fim, os municípios com nível baixo no IDMS são aqueles com índice menor que 50,00%, representados pela cor vermelha.

Por meio da classificação dos dados foi possível compreender as similaridades e discrepâncias do desenvolvimento sustentável de cada município.

4 Análise de Dados

4.1 Municípios integrantes da AMESC

A Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) sediada em Araranguá foi fundada em 1979 com o propósito de fortalecer a estrutura administrativa e técnica dos municípios filiados atualmente exerce atividades no setor de prestação de serviços e planejamento regional (AMESC, 2021).

Os quinze municípios da AMESC integram uma região turística importante de Santa Catarina, o Caminho dos Canyons, com infraestrutura de ponta em seus mais de 100 atrativos

turísticos, hospedagem e restaurantes e bares. Os municípios são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

4.2 Índice de Desenvolvimento sustentável dos municípios da AMESC no período de 2016-2018.

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, os municípios da AMESC encontram-se no nível ‘médio baixo’ de sustentabilidade apresentando uma regressão de 2,97% no biênio 2016-2018. A Tabela 1 apresenta essa classificação, representado por cores conforme a metodologia da FECAM.

Tabela 1. Evolução do IDMS, municípios da AMESC (2016-2018)

IDMS	2016	2018	Evolução 2016/2018 (%)
SANTA CATARINA	60,80%	59,60%	-1,97%
MESORREGIÃO SUL CATARINENSE	61,40%	59,90%	-2,44%
AMESC	57,20%	55,50%	-2,97%
Araranguá	58,00%	56,80%	-2,07%
Balneário Arroio do Silva	56,20%	54,40%	-3,20%
Balneário Gaivota	53,00%	50,70%	-4,34%
Ermo	59,40%	55,10%	-7,24%
Jacinto Machado	59,00%	58,50%	-0,85%
Maracajá	55,20%	51,30%	-7,07%
Meleiro	59,90%	57,60%	-3,84%
Morro Grande	64,30%	62,90%	-2,18%
Passo de Torres	54,50%	54,90%	0,73%
Praia Grande	60,70%	60,80%	0,16%
Santa Rosa do Sul	53,50%	51,30%	-4,11%
São João do Sul	51,10%	50,30%	-1,57%
Sombrio	56,30%	55,20%	-1,95%
Timbé do Sul	56,80%	54,90%	-3,35%
Turvo	61,00%	58,40%	-4,26%

Fonte: FECAM (2021).

Conforme apresenta Tabela 1, no período estudado, todos os municípios mantiveram a classificação no nível ‘médio baixo’ e ‘médio’. Com exceção de Passo de Torres e Praia Grande que aumentaram o nível de sustentabilidade no período, os demais tiveram um decréscimo. O município que apresentou o menor decréscimo foi Jacinto Machado (0,85%) e o maior foi Balneário Gaivota (4,34%).

A Tabela 2 apresenta o IDMS e as respectivas dimensões sociocultural, econômica, ambiental e político institucional de cada município da AMESC nos anos 2016 e 2018. A dimensão sociocultural avalia importantes subdimensões, como educação, saúde, cultura e habitação. A subdimensão educação contempla os indicadores de acesso e permanência escolar,

desempenho, infraestrutura escolar e qualidade de ensino; a subdimensão saúde tem por base os indicadores cobertura de atenção básica, fatores de risco e proteção, morbidade e mortalidade; a subdimensão cultura envolve a estrutura de gestão para a promoção cultural, a infraestrutura destinada para a cultura e as iniciativas sociais e os recursos envolvidos; a subdimensão habitação avalia a estrutura de gestão para políticas habitacionais e a qualidade habitacional.

A dimensão econômica composta apenas pela subdimensão economia que compreende os indicadores relacionados ao nível de renda dinamismo econômico e agregação de valor econômico.

A dimensão ambiental é composta apenas pela Subdimensão Meio Ambiente, a qual compreende os indicadores relacionados à cobertura de saneamento básico, gestão ambiental e preservação ambiental.

A dimensão político institucional avalia importantes subdimensões como finanças públicas, gestão pública e participação social. A subdimensão finanças públicas contempla os indicadores de capacidade de receita, estímulo ao investimento e saúde financeira. A subdimensão gestão pública avalia a articulação do município com o exterior, a capacidade de planejamento, a gestão financeira, o governo eletrônico e a qualidade do quadro funcional. A subdimensão participação social envolve a participação eleitoral e a representatividade de gêneros.

Tabela 2. Dimensões do IDMS, municípios da AMESC em 2016 e 2018

Municípios	2016	2018	2016	2018	2016	2018	2016	2018
	Sociocultural		Econômica		Ambiental		Político Institucional	
Média da AMESC	72,60%	72,10%	51,10%	48,20%	36,60%	36,60%	68,60%	65,20%
Araranguá	73,40%	72,00%	53,70%	51,30%	40,10%	40,10%	64,60%	63,80%
Balneário Arroio do Silva	70,40%	70,20%	39,80%	38,30%	47,80%	47,80%	66,70%	61,60%
Balneário Gaivota	69,50%	69,40%	47,50%	40,70%	31,30%	31,30%	63,80%	61,60%
Ermo	74,40%	71,80%	64,80%	61,70%	22,20%	22,20%	76,30%	64,50%
Jacinto Machado	66,20%	72,40%	50,30%	44,40%	50,50%	50,50%	68,90%	66,60%
Maracajá	68,70%	67,40%	54,10%	50,90%	24,30%	24,30%	73,70%	62,60%
Meleiro	75,70%	73,60%	56,80%	55,20%	27,00%	27,00%	80,00%	74,60%
Morro Grande	73,90%	73,40%	59,40%	55,20%	52,10%	52,10%	71,90%	70,90%
Passo de Torres	70,20%	70,30%	46,10%	44,30%	35,40%	35,40%	66,60%	69,50%
Praia Grande	73,30%	75,00%	46,80%	44,70%	53,30%	53,30%	69,60%	70,30%
Santa Rosa do Sul	77,80%	76,10%	46,10%	41,90%	25,90%	25,90%	64,40%	61,40%
São João do Sul	71,70%	70,60%	44,30%	42,90%	16,30%	16,30%	72,00%	71,40%
Sombrio	77,80%	76,90%	49,90%	49,20%	40,50%	40,50%	56,90%	54,30%
Timbé do Sul	69,90%	68,20%	48,10%	46,00%	49,40%	49,40%	59,90%	55,80%
Turvo	78,60%	76,10%	59,60%	56,20%	32,50%	32,50%	73,30%	69,00%

Fonte: FECAM (2021).

Observa-se por meio da Tabela 2, os destaques no IDMS no período estão nas dimensões sociocultural e político institucional, ao passo que, as dimensões econômica e ambiental possui

muitos municípios com vulnerabilidade.

No que diz respeito a dimensão sociocultural, a subdimensão saúde foi a responsável pelos aumentos do IDMS no período. Jacinto Machado em razão das variáveis população atendida por agentes comunitários de saúde e por equipes de saúde da família. Passo de Torres e Praia Grande em razão das variáveis população atendida por equipes de saúde bucal e por equipes de saúde da família.

Ainda em relação a dimensão sociocultural, as subdimensões saúde, cultura e educação foram as responsáveis pelas quedas no IDMS no período. Na subdimensão saúde, Araranguá teve queda especialmente em razão do percentual da população atendida por agentes comunitários de saúde; Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Sombrio a queda no IDMS se deu especialmente por conta do percentual de cobertura de vacinas; Meleiro e Turvo, em razão do percentual da população atendida por equipes de saúde bucal.

No que diz respeito a dimensão econômica todos os municípios tiveram queda no IDMS. Em Araranguá, Meleiro, Praia Grande, Sombrio e Turvo a variável que mais contribuiu para esse cenário foi o percentual de evolução dos estabelecimentos empresariais. Em Balneário Arroio do Silva, o PIB *per capita* foi a variável que mais contribuiu para a redução do IDMS. Em Balneário Gaivota, evolução dos empregos formais, evolução dos estabelecimentos empresariais e PIB *per capita*. Ermo e Morro Grande o percentual de evolução dos empregos formais. Em Jacinto Machado, São João do Sul e Timbé do Sul, o percentual de crescimento do PIB e de evolução dos estabelecimentos empresariais. Em Maracajá as principais variáveis que contribuíram para a queda do IDMS no período foram: percentual de crescimento do PIB e evolução dos empregos formais. Passo de Torres e Santa Rosa do Sul o percentual de crescimento do PIB.

Na dimensão ambiental os municípios da AMESC se mantiveram em 2018 no mesmo patamar de 2016.

Na dimensão político institucional os municípios Passo de Torres e Praia Grande tiveram aumento no IDMS no período especialmente nas subdimensões finanças públicas e participação social e pelas variáveis investimento público *per capita* e participação nos pleitos eleitorais, respectivamente.

As subdimensões finanças públicas e participação social também foram as responsáveis pelas quedas no IDMS no período. Na subdimensão finanças públicas os municípios de Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Morro Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio e Turvo tiveram queda no IDMS especialmente em razão da variável percentual de investimento público sobre a receita corrente líquida. Maracajá e Timbé do Sul em razão do percentual de investimento público *per capita*, investimento público sobre a receita corrente líquida e receita comprometida com folha de pessoal. Meleiro por conta do percentual de investimento público sobre a receita corrente líquida e receita comprometida com folha de pessoal. Araranguá, Ermo e São João do Sul os municípios tiveram queda especialmente em razão do percentual de participação nos pleitos eleitorais.

A Tabela 3 apresenta um resumo da evolução do IDMS dos municípios da AMESC, nas dimensões sociocultural, econômica, ambiental e político institucional no período estudado.

Tabela 3. Evolução do IDMS, municípios da AMESC (2016-2018)

DIMENSÕES	2016	2018	Evolução (%) 2016-2018
IDMS AMESC	57,20%	55,50%	-2,97%
Sociocultural	72,60%	72,10%	-0,69%
Econômica	51,11%	48,20%	-5,69%
Ambiental	36,60%	36,60%	0,00%
Político Institucional	68,60%	65,20%	-4,95%

Fonte: FECAM (2021).

Observa-se na Tabela 3 que, as dimensões sociocultural, político institucional e ambiental permaneceram no mesmo nível de sustentabilidade ‘médio’ e ‘baixo’ e, com exceção da dimensão ambiental que permaneceu com o mesmo IDMS no período (36,60%) as demais dimensões regrediram. A melhor posição do IDMS ficou por conta da dimensão sociocultural, embora tenha regredido 0,69%.

5. Conclusão

Um dos maiores objetivos dos gestores públicos é o desenvolvimento sustentável dos municípios sob sua responsabilidade. Os indicadores de sustentabilidade possibilitam avaliar processos e resultados, identificar áreas críticas, falhas e oportunidades de melhoria e de investimento. Os indicadores da FECAM são subsídios importantes para a gestão dos municípios catarinenses e demais interessados nas informações.

Este artigo ao utilizar os IDMS objetivou analisar o desenvolvimento sustentável dos municípios que integram a AMESC, os quais são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Os resultados indicaram que em média os municípios da AMESC encontram-se no nível ‘médio baixo’ de sustentabilidade apresentando uma regressão de 2,97% no biênio 2016-2018. Observando-se os IDMS de cada município verificou-se que todos mantiveram a classificação no nível ‘médio baixo’ ou ‘médio’. Com exceção de Passo de Torres e Praia Grande que aumentaram o nível de sustentabilidade, os demais tiveram um decréscimo. O município que apresentou o menor decréscimo foi Jacinto Machado (0,85%) e o maior foi Balneário Gaivota (4,34%).

De acordo com a média do IDMS dos municípios da AMESC, em cada uma das subdimensões, pode-se verificar que as mais vulneráveis foram a subdimensão econômica e ambiental as quais demonstram a necessidade de esforços em criar uma base econômica para geração de riqueza e equidade social, bem como envidar esforços para ampliar a cobertura de saneamento básico, a gestão ambiental e a preservação ambiental.

Infer-se a partir dos dados analisados que os municípios da AMESC necessitam de ações mais efetivas por parte da gestão pública para torná-los desenvolvidos sustentavelmente em todas as dimensões.

Sugere-se para pesquisas futuras ampliar a análise do IDMS para demais regiões e agrupamentos territoriais.



Conectando Pessoas.
Fortalecendo a Profissão!

Referências

AMESC. **Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense**. Disponível em: <https://www.amesc.com.br/Acesso> em: 20 abr. 2021.

BRITTO, J. C. A estratégia de Criação de Valor Compartilhado na atividade vitivinícola orgânica: um estudo de caso da Cooperativa Vinícola Garibaldi Ltda. 2016. Tese (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 11 maio 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1103>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARNEIRO, J. E.; DE LUCA, M. M. M; OLIVEIRA, M. C. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**. v. 19, n. 3 jul./set. 2008. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/360>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FECAM. **Metodologia do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**. Florianópolis: FECAM, 2021.

GUIMARÃES, M.L.F. Educação ambiental no processo formativo do contador nas universidades comunitárias catarinenses. 2020. 336f. Tese (Doutorado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2020.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SACHS, I. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T.M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão**. II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. História do pensamento contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, A. F.; SOUZA, J. L. S. P.; ALVES, A. **Análise das potencialidades de desenvolvimento sustentável nos municípios da AMVALI através do índice de desenvolvimento municipal sustentável (IDMS/FECAM)**. VII Encontro de Economia Catarinense, Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC), Florianópolis, 2013.

SUSTAINABLE MEASURES. **Sustainability**. Disponível em: <http://www.sustainablemeasures.com/Sustainability/index.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.





Conectando Pessoas.
Fortalecendo a Profissão!

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAMAGUCHI, C.K. **A contabilidade ambiental nas organizações como instrumento de criação do conhecimento**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95951>. Acesso em: 21 mar. 2021.